



UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Moisés Waismann – UCS/UNILASALLE
Berenice Corsetti – UNISINOS/PPGE

Resumo: Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e tem como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 à 2010, com o intuito de verificar a relação que estas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. As variáveis selecionadas foram os vínculos empregatícios no mercado forma que possuíam o ensino superior e sua remuneração média que constavam do Relatório Anual de Informações Sociais, disponível no Ministério do Trabalho e Emprego, a quantidade de Instituições de Ensino Superior, a quantidade de matrículas e a quantidade de concluintes, a quantidade de concluintes, foram retiradas das informações disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira do Ministério da Educação. A variável despesa total e a despesas com educação foram pesquisadas na Secretaria do Tesouro Nacional. Algumas respostas provisórias mostram que quanto maior a quantidade de trabalhadores com escolarização superior, menor é o crescimento da sua remuneração e observa-se também que o desempenho das variáveis quantidade de IES, matrículas e concluintes descolam-se do desempenho do PIB.

Palavras Chave: Sistema Econômico; Educação; Trabalho; Políticas Públicas.

Muito se tem discutido sobre a interligação entre educação e crescimento econômico, crescimento econômico e remuneração do trabalho, e educação e remuneração do trabalho. Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e tem como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 à 2010, com o intuito de verificar a relação que estas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. Neste sentido, o estudo tem como objetivos: (1) Caracterizar o processo de acumulação capitalista neoliberal (2) verificar qual a relação entre os trabalhadores com ensino superior e crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB); (3) examinar a relação do PIB e o comportamento dos salários dos trabalhadores; (4) investigar o comportamento dos salários dos trabalhadores com ensino superior vis à vis a quantidade de trabalhadores com ensino superior e por fim (5) verificar as despesas com educação realizadas pelo governo federal no período.

Para dar conta desta tarefa e organizar a apresentação das ideias, o texto está dividido em quatro grandes blocos além desta apresentação. No primeiro bloco procura-se caracterizar o neoliberalismo no sentido de verificar quais as interfaces com a educação e

com o trabalho. O que é? Em que consiste? De onde vem? Na segunda parte do trabalho, a pretensão é debater algumas demandas que o pensamento neoliberal tem aqui no Brasil para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem como as demandas que esta articulação tem para o Estado. Já no terceiro segmento, a tarefa é perceber demandas que o processo neoliberal faz para o campo da educação, diretamente a partir da abertura de novos mercados, ou como resultado das reivindicações do setor produtivo com o objetivo de inserir-se no mercado global. O último segmento apresenta dados da realidade que tem por objetivo ilustrar e problematizar o debate descrito nas três partes anteriores.

IMPACTOS DO PENSAMENTO NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO

O pensamento neoliberal constitui-se como uma reação teórica e política contra o Estado de bem estar, tendo como subsídio teórico o texto de Hayek: - O caminho da Servidão (Anderson, 1995, p.9).

O modelo de desenvolvimento do pós-guerra entra em crise, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, período em que o mundo capitalista (a Europa e os EUA) vivenciou uma longa e profunda recessão¹, acompanhada de altas taxas de inflação² (Anderson, 1995). Esta realidade promoveu a construção de um ambiente de redução na taxa de lucro dos negócios. Iniciou-se, assim, o esgotamento das possibilidades de uma forma de acumulação do capital, que consistia da articulação do Estado do bem estar social com a forma de produção taylorista/fordista. (Souza, 2002.)

Eventos simultâneos, como as inovações tecnológicas na área da microeletrônica, da informática e das comunicações, bem como os avanços políticos dos trabalhadores, potencializados pela concorrência intercapitalista, dão sustentação para o decréscimo da taxa de lucro, provocado pelo esgotamento do modo de acumulação. Este é o cenário onde ocorre a crise de acumulação do capital.

Para Souza (2002, p.76), a crise do capital em nível mundial fornece condições objetivas para a afirmação do neoliberalismo enquanto doutrina teórico política de reação burguesa. Para Hayek e os intelectuais que se filiam ao pensamento neoliberal, as causas deste processo estavam localizados nos trabalhadores que exerciam pressão sobre o Estado, fazendo com que este aumentasse os gastos sociais (Anderson, 1995), e assim gastando mais e gerando inflação.

¹ Recessão é a queda do índice de crescimento econômico que acarreta a queda de produção e desemprego

² Inflação é um processo contínuo e generalizado de aumento de preços.

No sentido de superar essa crise, o capital tenta encontrar formas de reorganizar suas bases de acumulação, com o propósito de recuperar as taxas de lucro, agora num conjunto de circunstâncias, que incorpora o avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior socialização da política em nível mundial. Reformula o modelo de desenvolvimento realizando transformações na forma de produção, bem como na regulação das relações de produção (Souza, 2002, p.75).

Pode-se caracterizar este processo como um movimento de expansão do capital e de suas formas organizativas materiais e simbólicos culturais para outras regiões geográficas, bem como para outros setores da economia, da sociedade, em áreas que não eram organizadas segundo a lógica capitalista, mas segundo uma orientação pública. Neste sentido, evidencia-se a lógica expansionista e dinâmica que o capital têm ao articular a sua base produtiva, na economia, na política e na cultura (Silva Junior, 2002, p.20.).

É importante perceber que a produção capitalista produz mercadorias em maior quantidade e com preços menores, ou de outra forma, amplia a oferta de bens e serviços, porém não consegue produzir as condições para a expansão da demanda por estas mesmas mercadorias no mercado. Neste sentido, o capital necessita modificar incessantemente as formas históricas de produção da vida humana, alterando a cultura, a política e o Estado, bem como a maneira como o ser humano sente, pensa e vive. (Silva Junior, 2002, p.21.)

Assim, torna-se necessário, para a dinâmica do capital, que ele se expanda, para que possa incorporar novas demandas e assim manter ou ampliar a sua taxa de lucro. Silva Junior (2002, p.19) corrobora este pensamento, quando diz que “a compreensão do processo de expansão do capital para outros setores econômicos ou sociais, ainda não organizados segundo sua lógica, bem como da redefinição histórica das esferas pública e privada”, é uma questão de sobrevivência para o sistema, levando o capital, como diz Silva Junior (2002, p.22) “a mercantilização da esfera social da cidadania, isto é, dos direitos sociais.” Com isso, evidencia-se a necessidade do capital em realizar constantes modificações pois estas se mostram imprescindíveis a sua própria manutenção. (Silva Junior, 2002. p. 23.)

É neste contexto que se insere a crise do Estado do bem estar, que segue as orientações econômicas do keynesianismo e a doutrina política do acordo social-democrata que incorpora no Estado as contradições da sociedade, articulado com o esgotamento do modo de produção fordista/taylorista, que garantiam a ampliação e/ou manutenção da taxa de lucros. Este arranjo já não mais garantia condições ao capital, pois este entra num processo de queda nas taxas de lucro, encaminha-se desta forma o fim de uma etapa histórica do capitalismo. A nova etapa, a etapa neoliberal, vai deslocar o capital para setores que antes não estavam

organizados de acordo com a sua dinâmica (Silva Junior, 2002. p.48).

Este processo vai na direção de maior rentabilidade para o capital, agora sob hegemonia do capital financeiro, traz modificações na organização geográfica dos mercados, bem como no deslocamento de estruturas sociais que antes eram públicas e passam a ser privatizadas. (Silva Junior, 2002.)

O processo de acumulação neoliberal reorganiza o processo produtivo e não só isso reorganiza também a sociedade para esta nova etapa de acumulação. Na sequência, discutem-se as demandas da articulação neoliberal para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem com as demandas que esta articulação tem para o Estado.

O ESTADO NEOLIBERAL E O SETOR PRODUTIVO

Esta parte do trabalho tem como pretensão debater algumas demandas que o pensamento de influência neoliberal tem aqui no Brasil para o setor produtivo, em especial para os trabalhadores, bem com as demandas que esta articulação tem para o Estado.

PARA O SETOR PRODUTIVO

A industrialização brasileira teve início nos anos 1930, porém, é na década de 1950 por meio do processo de substituição de importações que a industrialização se consolidou. A política de substituição de importações estimulava a produção local de mercadorias que antes eram importadas, desta forma o centro do processo era a incorporação de tecnologia articulada com à proteção do mercado nacional. Desta forma, consegue-se montar rapidamente um importante parque industrial, entretanto, sem avanços em investimento em ciência e tecnologia (Souza, 2002, p.100.).

Quando a crise do processo de acumulação chegou no Brasil, este parque industrial montado nos anos 1950, sem o devido investimento em ciência e tecnologia, ou dito de outra forma, sem a produção de conhecimento local, se depara com a necessidade de desenvolver-se no sentido de colaborar para que o setor produtivo reorganize a sua participação no comércio mundial, por meio dos padrões internacionais que exigem a incorporação da microeletrônica bem como de uma outra cultura organizacional. Essas necessidades fazem que as empresas busquem inovações organizacionais, investindo em equipamentos. Nesta direção, foi necessário repensar a qualificação dos trabalhadores por meio de programas de treinamento da força de trabalho que proporcionassem aos trabalhadores numa nova forma de

produção (Souza, 2002, p.106.).

PARA OS TRABALHADORES

O papel do indivíduo capacitado na ampliação da produtividade que contribui para a riqueza sempre esteve presente, e foi formulada de forma mais clara por Adam Smith, quando da exposição sobre a divisão social do trabalho.

O que ocorre quando passa-se a viver sob a ideologia neoliberal é uma série de transformações na forma de se produzir as mercadorias necessárias à manutenção da existência humana na terra. De acordo com Souza (2002, p.83) “as consequências da reestruturação das forças produtivas têm apontado, contraditoriamente, em duas direções: de um lado, impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação.”

O movimento que impulsiona a ampliação da qualificação do trabalho é seguido do aumento na procura das atividades educativas, por parte do capital, bem como dos trabalhadores (Souza, 2002, p.84). Para Antunes (1995, p.54) desta forma “a intelectualização do trabalho manual é coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico”, pois, como diz Souza (2002, p.85) percebe-se o fortalecimento de um processo de aproximação entre a ciência e o trabalho, assim mantém-se a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal dicotomia será transformada num “diferencial de qualidade e produtividade na indústria e na vida cotidiana do mundo contemporâneo”. Para Frigotto (1995, p.146)

“Os novos conceitos relacionados ao processo produtivo, organização do trabalho e qualificação do trabalhador, aparecem justamente no processo de reestruturação econômica, num contexto de crise e acirrada competitividade intercapitalista e de obstáculos sociais e políticos às tradicionais formas de organização da produção. A integração, a qualidade e a flexibilidade constituem-se nos elementos chaves para dar os saltos de produtividade e competitividade.”

Seguindo nesta direção, no processo de reestruturação produtiva que vem informado pela visão neoliberal para a solução da queda da taxa de juros, os investimentos capitalistas na educação transformam-se no centro da política, industrial como um caminho para alcançar a competitividade (Souza, 2002, p.102.)

Para Coutinho e Ferraz (1994, p.13) a educação torna-se uma “ação voltada para a

qualidade de vida do trabalhador” bem como com vistas a proporcionar uma “melhor distribuição de renda” desta forma a “valorização dos recursos humanos, por meio do acesso da educação básica, técnica, bem com educação continuada, transformando-se assim em parte fundamental para a aliança com vistas a competitividade. A educação passa de um direito dos cidadãos para um dever do indivíduo, que passa a ser responsável pela competitividade do setor privado.

PARA O ESTADO

A estabilização macroeconômica que ocorreu com a implantação do plano real, foi acompanhada pela produção do superávit fiscal primário e a implantação da lei de responsabilidade fiscal que promoveu o rearranjo da relação fiscal intragovernamental, bem como a reorganização da previdência pública, serviram como base para as “reformas estruturais” do Estado, do sistema de saúde e da educação no sentido de encaminhar a desregulamentação destes setores antes organizados pelo Estado, com o objetivo de serem oferecidos aos mercados por meio das privatizações. Estes movimentos fazem parte de um processo de construção de um novo colonialismo. (Fiori 1995, p. 234, apud Silva Junior, 2002, p.49).

Este redirecionamento do Estado brasileiro é instruído pelas agências multilaterais, como o Bird, o Banco Mundial, o FMI na área econômica, na parte cultural a Unesco, na política a ONU e nas ações bélicas a Otan (Silva Junior, 2002, p.49), de acordo com a perspectiva de alargamento dos mercados via “universalização do capitalismo”. As agências, operadoras do pensamento neoliberal concentram a hegemonia política e econômica e suas orientações e ações mediadoras são seguidas por compartilhamento de visão de mundo das elites locais com as elites dos países (ditos) desenvolvidos por meio de uma intervenção consentida.

O Estado tem um papel fundamental para a implantação do neoliberalismo, por mais contraditório que isso pareça, pois este pensamento defende que o Estado não deva interferir na sociedade, pois orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política, da cultura e da educação. (Silva Junior, 2002, p.23)

O que está em disputa é o fundo público, que é produzido por meio da arrecadação de tributos. A gestão deste recurso obriga a negociação política de representantes do capital e do trabalho no interior do Estado, para a produção de políticas que podem favorecer a manutenção do capital ou garantir as políticas públicas voltada para o conjunto da população

(Silva Junior, 2002, 28.).

TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO

O fenômeno da reestruturação produtiva tem forçado as organizações a uma outra atitude frente a competitividade e a qualidade das suas mercadorias, derivando assim o estabelecimento de novas solicitações para o sistema educacional, visando a formação, bem como a qualificação de um trabalhador preparado para as novas demandas da produção capitalista (Souza, 2002, p.86).

As necessidades do setor produtivo na busca da competitividade, num mercado globalizado, concede um outro valor ao processo educativo, dentro da readequação do modelo de desenvolvimento neoliberal. Neste sentido, materializa-se uma política educacional que apropria a educação às conveniências do mercado, por meio da adaptação da escola às transformações sociais e econômicas que ocorrem em conformidade com os objetivos de manter as condições de acumulação capitalista. Não bastasse esta apropriação da instituição escolar, é exigido agora que a escola se organize, para que funcione por suas próprias condições, captando os seus recursos no movimento do mercado na qual ela agora faz parte. (Souza, 2002, p.87.)

Para Silva Junior (2002, p.49), quando o capital adentra no conjunto da sociedade vai criando por meio de diferentes formas uma realidade sob o desígnio do “império do privado” para as instituições de ensino. Desta forma, a educação, e em especial a educação superior, foi reorganizada com uma forte intencionalidade pelo Estado fazendo com que esta fosse obediente às regras do privado e submetendo as “práticas sociais de docência, pesquisa e extensão [...] à racionalidade mercantil”.

É assim que o ambiente competitivo incorpora a instituição escolar em acordo com pensamento neoliberal, que tem como proposta central para a educação a intensificação da privatização da escola pública como política de Estado (Souza, 2002, p.87.), bem como uma reorganização do ensino privado, de modo a favorecer as instituições que visem lucro com atividade de educativa. Tal orientação está de acordo com o que Friedman propõe para o ensino superior, segundo o autor:

“(...) na medida em que mantêm instituições de educação superior, os governos devem cobrar dos estudantes anuidades correspondentes ao custo dos serviços educacionais, comparando a despesa individual com educação com um investimento

numa empresa arriscada ou como o investimento numa empresa recém formada.” Friedman (apud Souza, 2002, p. 90)

Para que isso ocorra, uma reorganização do ensino superior, é necessário aproveitar-se, como diz Souza (2002, p.87), “da notória crise da escola pública e da decomposição do sistema educativo” , para que o capital possa procurar no setor educacional resposta a sua crise de acumulação. Desta forma quando os domínios da administração educacional percebe os novos requisitos de produtividade e qualidade, o pensamento de Friedman reconfigura-se.

Com essa intencionalidade a qualidade passa a conter uma relação com vista à comercialização de uma mercadoria, que tem requisitos externos e não como algo inerente ao processo de ensino/aprendizagem (Souza, 2002. p.96). Para Gentili, (1995, p.4 apud Souza, 2002, p.95), no momento em que a instituição escolar passa a ser visualizada como empresa ela começa a realizar as suas atividades com “qualidade” para que possam disputar diversos mercados. O sistema escolar se transforma em um mercado disputado e com isso a “qualidade” deveria melhorar.

Este processo é tomado com tanta naturalidade que Ribeiro (1992, p. 28-29) afirma “ser [necessário] promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado”. Continua Ribeiro (op. Cit.), ao conclamar “O 'lobby' dos empresários, que precisam de competitividade, tem que ser exercido sobre todos os atores do processo”.

Neste espaço do trabalho procurou-se seguir um roteiro que evidencia a vinculação do sistema econômico, com as demandas para o setor produtivo, em especial a força de trabalho. Estas demandas se relacionam com o sistema educativo, em especial o ensino superior, bem como as demandas do setor econômico para o Estado como organizador e regulador da sociedade. Procurou-se realçar o duplo papel da educação, em especial o ensino superior, na condição de hegemonia do pensamento neoliberal. Por um lado, espera-se que a educação forme e reforme o trabalhador para as novas demandas da produção, mas não só isso, que também prepare os sujeitos para o individualismo e o consumo hedonista. De outro lado, descobre-se o sistema educativo como uma nova fronteira para incorporar a dinâmica da acumulação capitalista.

Na sequência do trabalho, apresentam-se algumas variáveis, relacionando-as entre si no sentido de exemplificar com informações e dados a discussão realizada até agora.

ANÁLISE E RESULTADOS PROVISÓRIOS

A finalidade neste espaço do trabalho é apresentar algumas variáveis, selecionadas no sentido de relacioná-las com o objetivo de evidenciar com informações e dados o que foi exposto até aqui.

Sobre o mercado de trabalho, as variáveis selecionadas foram os vínculos empregatícios no mercado, forma de trabalho que possuíam o ensino superior e sua remuneração média no período de 1996 à 2009, que constavam do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), disponível no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Sobre educação, buscaram-se informações sobre o ensino superior como a quantidade de Instituições de Ensino Superior, a quantidade de matrículas e a quantidade de concluintes, a quantidade de concluintes no período de 1995 à 2010, foram retiradas das informações disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Para visualizar o gasto do governo, buscou-se a despesa total e a despesas com educação, ambas efetivamente liquidadas pelo governo federal no período de 1995 à 2010, as quais foram pesquisadas na Secretaria do Tesouro Nacional.

Todas estas variáveis foram relacionadas com a produção e, para dar conta de verificar o comportamento da produção, verificou-se o Produto Interno Bruto (PIB)³, no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Após, fez-se a seleção das categorias de análise e a classificação das variáveis que foram tabuladas e submetidas à análise. (LAKATOS E MARCONI, 2008, p. 140), para isso montou-se uma série temporal com valores absolutos e a construção de número índices com base 100. Acredita-se que esta forma de apresentar os dados auxilia na análise e na compreensão, facilitando assim a produção de informação.

Na tabela 01, são expostos os vínculos com escolaridade superior no mercado formal de trabalho no Brasil no período de 1996 à 2009, bem como a remuneração recebida, é apresentado ainda o índice base 100 tendo o ano de 1996, como ponto de comparação. Esta tabela se propõe a auxiliar no estabelecimento de relações entre a variação na quantidade de vínculos e a sua remuneração, no sentido de compreender quais foram os resultados da qualificação da força de trabalho para fazer frente a inserção do setor produtivo no mercado global.

³ O PIB mede a totalidade de bens e serviços produzidos por um país em determinado período.

Tabela 01 – Quantidade de vínculos com escolaridade superior completa e remuneração mercado formal de trabalho no Brasil no período de 1996 à 2009, com base 100 no ano de 1996

Ano	Vínculos com escolaridade superior	Base 100	Remuneração média dos vínculos com escolaridade superior	Base 100	Valor do PIB em milhões reais	Base 100
1996	2.393.539	100,00	5.221,47	100,00	2.576.319,43	100,00
1997	2.724.565	113,83	5.062,03	96,95	2.663.277,88	103,38
1998	2.944.700	123,03	5.378,22	103,00	2.664.219,23	103,41
1999	3.071.661	128,33	4.585,62	87,82	2.670.988,44	103,67
2000	3.153.804	131,76	4.513,95	86,45	2.786.006,19	108,14
2001	3.387.675	141,53	4.622,25	88,52	2.822.589,76	109,56
2002	3.670.940	153,37	3.908,55	74,86	2.897.616,85	112,47
2003	4.352.837	181,86	3.729,15	71,42	2.930.841,51	113,76
2004	4.586.620	191,63	3.506,79	67,16	3.098.259,74	120,26
2005	5.028.329	210,08	3.723,15	71,30	3.196.154,64	124,06
2006	5.165.549	215,81	3.848,24	73,70	3.322.627,59	128,97
2007	5.717.888	238,89	3.637,55	69,67	3.525.022,48	136,82
2008	6.110.428	255,29	3.573,07	68,43	3.707.322,46	143,90
2009	6.557.857	273,98	3.854,35	73,82	3.695.098,40	143,43

Fonte: Formatado pelo autor com base nas informações do MTE/PDET/RAIS.

Pode-se observar na tabela 01, que em 1996 existiam 2.393.539 vínculos com escolaridade superior completa e no ano de 2009 este número passa para 6.557.857. Significa que ingressaram no mercado formal de trabalho mais de quatro milhões de trabalhadores, apresentando um crescimento de 173,98% no período analisado. A figura 01 ilustra este desempenho. Verifica-se também que o crescimento se dá de forma contínua e sustentada nos anos apresentados.

Quando a variável analisada é a remuneração média dos vínculos com escolaridade superior, em valores constantes de 2011, verifica-se que no ano de 1996 a remuneração estava em R\$ 5.221,47 e no ano de 2009 a remuneração passa para R\$ 3.854,35. Ocorre um corte de R\$ 1.367,12 no salário, em média, dos trabalhadores com ensino superior. Esta retração representa 26,18%, no salário. Ao se analisar todo o período verifica-se que o comportamento de queda só é interrompido no ano de 1998, depois ela torna a cair.

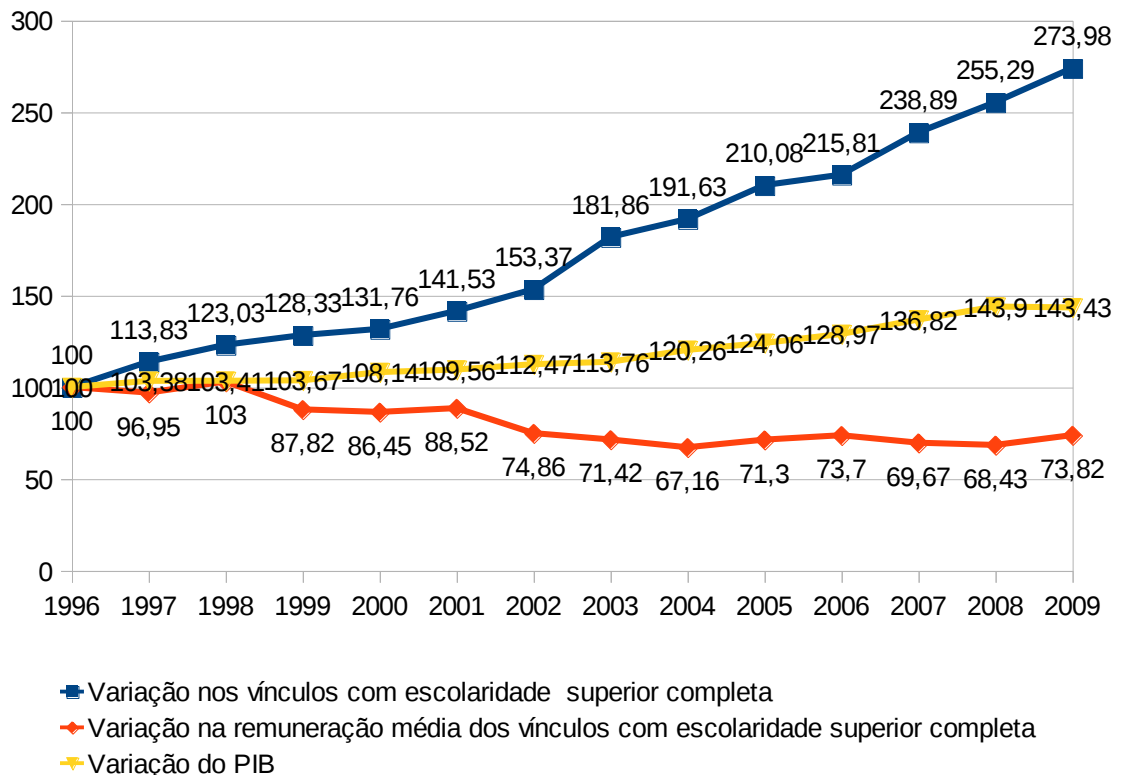
Ao analisar o comportamento do produto interno bruto, que mede tudo o que foi

produzido, e é bom lembrar que para produzir mercadoria é necessário a combinação de trabalho, capital e natureza, observa-se que este passa de R\$ 2.576.319,43 milhões, para R\$ 3.695.098,40 milhões, o que representa uma variação de 43,43%. Em todo o período, o PIB tem um comportamento de crescimento com exceção do ano de 2010 onde ele apresenta uma queda.

A figura 01 mostra a variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1996 à 2009, com base 100 no ano de 1996. Desse modo, a visualização da relação fica mais evidente.

Verifica-se que enquanto existe um crescimento de trabalhadores com ensino superior, de 173,98% o produto interno bruto cresce 143,43%. Pode-se evidenciar que o crescimento da produção está vinculado à qualificação da força de trabalho, e esta relação vai ao encontro das análise que fazia Antunes (1995, p.54, apud Souza, 2002, p.84) sobre a intelectualização do trabalho manual ser coerente e compatível ao enorme avanço tecnológico.

Figura 01 – Variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1996 à 2009, com base 100 no ano de 1996.



Fonte: Tabela 01.

Quando se observa a relação que se estabeleceu entre a quantidade de trabalhadores com curso superior e a remuneração percebida por estes, verifica-se que a lei de mercado efetivamente funciona. Quanto maior a quantidade de um produto (trabalhadores com escolarização superior), menor é o seu preço (salário), pois a quantidade de trabalhadores com escolarização superior cresce em 143,43% e a remuneração se retrai em 26,18%, mais que um quarto da remuneração. Refutam-se, os apontamentos de Coutinho e Ferraz (1994, p.13) sobre a educação tornar-se uma “ação voltada para a qualidade de vida do trabalhador” bem como com vista a proporcionar uma “melhor distribuição de renda”, no período estudado isto não pode ser evidenciado. De outra forma percebe-se uma oportunidade para repensar bem com recontextualizar a Teoria do Capital Humano, pois verifica-se no período estudado que a relação entre escolaridade superior e salário não apresenta uma relação direta como preconiza a teoria.

No sentido de verificar o impacto que teve sobre o sistema de educação superior, a necessidade rápida de formação e qualificação de trabalhadores, bem com problematizar o sistema de educação superior como uma alternativa para o processo de acumulação capitalista, elaborou-se a tabela 02, onde são apresentados a quantidade de Instituições de

Ensino Superior (IES), matrículas, concluintes e o produto interno bruto, bem como a variação com base 100 no ano de 1996, no sentido de estabelecer relações entre as variáveis.

Tabela 02 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior (IES), matrículas ,concluintes e PIB, no Brasil nos anos de 1995 a 2010 com variação de base 100 no ano de 1995.

Ano	Quantidade de IES	Δ	Matrículas em IES	Δ	Concluintes em IES	Δ	Valor do PIB em milhões reais	Δ
1995	894	100,00	1.759.703	100,00	254.401	100,00	2.522.082,07	100,00
1996	922	103,13	1.868.529	106,18	260.224	102,29	2.576.319,43	102,15
1997	900	100,67	1.945.615	110,56	274.384	107,85	2.663.277,88	105,60
1998	973	108,84	2.125.958	120,81	300.761	118,22	2.664.219,23	105,64
1999	1.097	122,71	2.369.945	134,68	324.734	127,65	2.670.988,44	105,90
2000	1.180	131,99	2.694.245	153,11	352.305	138,48	2.786.006,19	110,46
2001	1.391	155,59	3.030.754	172,23	395.988	155,66	2.822.589,76	111,92
2002	1.637	183,11	3.479.913	197,76	466.260	183,28	2.897.616,85	114,89
2003	1.859	207,94	3.887.022	220,89	528.223	207,63	2.930.841,51	116,21
2004	2.013	225,17	4.163.733	236,62	626.617	246,31	3.098.259,74	122,85
2005	2.165	242,17	4.453.156	253,06	717.858	282,18	3.196.154,64	126,73
2006	2.270	253,91	4.676.646	265,76	736.829	289,63	3.322.627,59	131,74
2007	2.281	255,15	4.880.381	277,34	756.799	297,48	3.525.022,48	139,77
2008	2.252	251,90	5.080.056	288,69	800.318	314,59	3.707.322,46	146,99
2009	2.314	258,84	5.115.896	290,72	826.928	325,05	3.695.098,40	146,51
2010	2.378	266,00	5.449.120	309,66	829.286	325,98	3.973.475,59	157,55

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de informações disponíveis em www.inep.gov.br.

Os dados referentes ao PIB, foram obtidos em <http://www.ipeadata.gov.br>

Nota: Os valores estão atualizados para janeiro de 2012, com base no IGPDI.

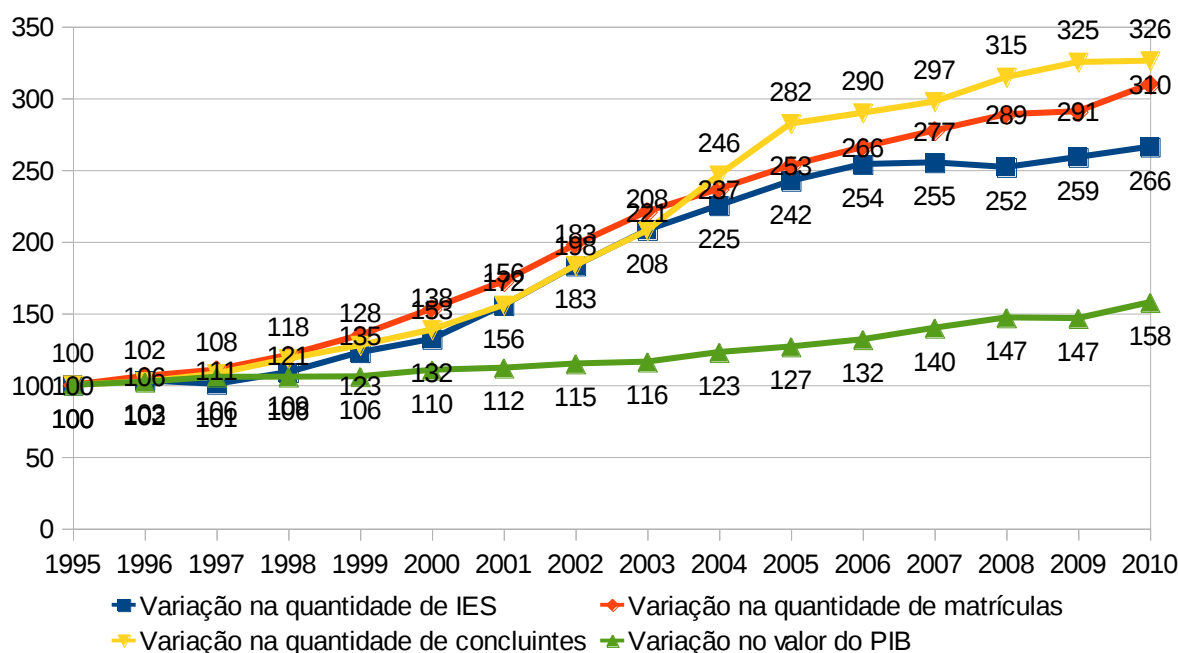
Ao examinar na tabela 02, verifica-se que o comportamento da variável quantidade de IES passa de 894 em 1995 para 2.378 em 2010, um crescimento de 166% no período estudado. Este é contínuo, mesmo com o ano de 2007 ter apresentado uma queda. Este crescimento ocorre por conta da demanda de escolarização superior, que se abre como forma de inserção do setor produtivo no mercado global, combinado com o novo marco regulatório do setor educacional proporcionado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação,

que flexibilizou o setor educacional.

Quando se observa o comportamento da variável matrículas nas IES, verifica-se que este passa de 1.759.703 em 1995, para 5.449.120 matrículas em 2010, um crescimento em termos absolutos de mais de 3,6 milhões de matrículas, o que representa uma variação de 209,66%. A quantidade de concluintes também apresenta uma variação positiva, pois são 254.401, em 1995 e em 2010 já são 829.286 um crescimento de 225,98%.

Sobre o comportamento do PIB, verifica-se que este passa de R\$ 2.522.082,07 milhões em 1995, para R\$ 3.973.475,59 milhões em 2010, o que representa uma variação de 57,55%. Em todo o período, o PIB tem um comportamento de crescimento, com exceção do ano de 2010, onde ele apresenta uma queda.

Figura 02 – Variação da quantidade de IES, na variação de matrículas, na variação de concluintes bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1995 à 2010, com base 100 no ano de 1995.



Fonte: Tabela 2

A figura 02 mostra a variação da quantidade de vínculos com escolaridade superior, a variação na remuneração dos trabalhadores com escolaridade superior bem como a variação no valor do produto interno bruto no Brasil no período de 1996 à 2009, com base 100 no ano de 1996, a visualização da relação entre as variáveis fica mais evidente.

Observa-se que o PIB representa uma variação de 58%. Em todo o período estudado, as demais variáveis apresentam desempenho muito superior ao crescimento do PIB. O desempenho das variáveis quantidade de IES, matrículas e concluintes descolam-se de uma explicação que poderia relacionar o desempenho desta variáveis com o desempenho do PIB. Pode-se cogitar que este desempenho esta atrelado a dois movimentos. Um ao movimento de demanda por bens educacionais, pelo qual o o setor produtivo pressiona o sistema educacional, e o outro, que está imbricado no anterior, é a transformação do setor produtivo em sistema educacional, por meio da ampliação de IES com fins mercadológicos, pois como será visto na tabela 03, o gasto público federal com educação sofre um refluxo, como forma de garantir o processo de reprodução do capital, em um ambiente competitivo.

Nos anos iniciais do período estudado, vive-se a implantação da visão neoliberal, que advoga como melhor solução um estado mínimo e também a importância da educação como forma de inserção da economia no mundo globalizado. Para de verificar o desempenho da despesa pública, e em especial a despesa com educação e cultura, no âmbito do Estado nacional é importante fazer uma relação o PIB nos anos de 1995 à 2010. Desta forma foi elaborada a tabela 03, onde são apresentados os valores da despesa com educação e cultura, a despesa total , bem como o comportamento do PIB. Os valores estão em milhões de reais atualizados para janeiro de 2012.

Tabela 03 – Valores da despesa total, da despesa com educação e cultura, e valor do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010 com variação de base 100 no ano de 1995.

Ano	Despesa total em milhões de reais	Base 100	Despesa com educação e cultura em milhões de reais	Base 100	PIB em milhões de reais	Base 100
1995	914.382,58	100,00	35.524,12	100,00	2.522.082,07	100,00
1996	1.004.990,12	109,91	33.109,75	93,20	2.576.319,43	102,15
1997	1.264.846,22	138,33	33.771,43	95,07	2.663.277,88	105,60
1998	1.597.275,13	174,68	47.583,75	133,95	2.664.219,23	105,64
1999	1.570.316,58	171,74	42.855,28	120,64	2.670.988,44	105,90
2000	1.490.754,12	163,03	26.252,39	73,90	2.786.006,19	110,46
2001	1.314.352,93	143,74	25.953,23	73,06	2.822.589,76	111,92
2002	1.192.188,59	130,38	23.779,68	66,94	2.897.616,85	114,89
2003	1.408.493,59	154,04	23.230,63	65,39	2.930.841,51	116,21
2004	1.300.438,12	142,22	21.273,82	59,89	3.098.259,74	122,85
2005	1.558.607,01	170,45	23.491,72	66,13	3.196.154,64	126,73

Ano	Despesa total em milhões de reais	Base 100	Despesa com educação e cultura em milhões de reais	Base 100	PIB em milhões de reais	Base 100
2006	1.596.898,97	174,64	24.318,09	68,46	3.322.627,59	131,74
2007	1.486.271,14	162,54	24.616,69	69,30	3.525.022,48	139,77
2008	1.370.881,03	149,92	25.731,81	72,43	3.707.322,46	146,99
2009	1.558.028,87	170,39	33.968,90	95,62	3.695.098,40	146,51
2010	1.494.035,82	163,39	41.225,06	116,05	3.973.475,59	157,55

Fonte: Dados elaborados pelo autor com base nas informações sobre as despesas liquidadas da União por função disponíveis em http://www.stn.fazenda.gov.br/estatistica/est_contabil.asp, acesso em 10/02/2012.

Os dados referentes ao PIB, foram obtidos em <http://www.ipeadata.gov.br>

Nota: Os valores estão atualizados para janeiro de 2012, com base no IGPDPI.

Verifica-se na tabela 03, que a despesa total apresenta em 1995 um valor de 914.382,58, e em 2010 o valor passa para 1.494.035,82 uma variação de 63,39% no período estudado. Faz-se necessário ressaltar que a despesa do governo deve guardar certa relação com a riqueza do país, e é o que ocorre no período estudado, onde o PIB varia em 57,55% e a despesa total em 63,39% , o que chama a atenção é que a despesa total cresce mais do que o PIB, desta forma não se percebe uma redução da ação do Estado da economia, o que pode ter corrido foi que o Estado tenha perdido patrimônio e não o poder de econômico organizativo na sociedade.

Quando o olhar se reporta aos gastos com educação e cultura, e aqui deve-se explicar por que utiliza-se a educação somada a cultura. O motivo que leva a esta opção é não perder a série histórica, visto que antes estas duas atividades estavam vinculadas ao mesmo Ministério. Cabe ressaltar que a despesa com cultura incorporada nesta conta não passa de 2,3% do total, desta forma acredita-se que a análise não fica distorcida e ganha-se ao poder observar o período de interesse para este estudo.

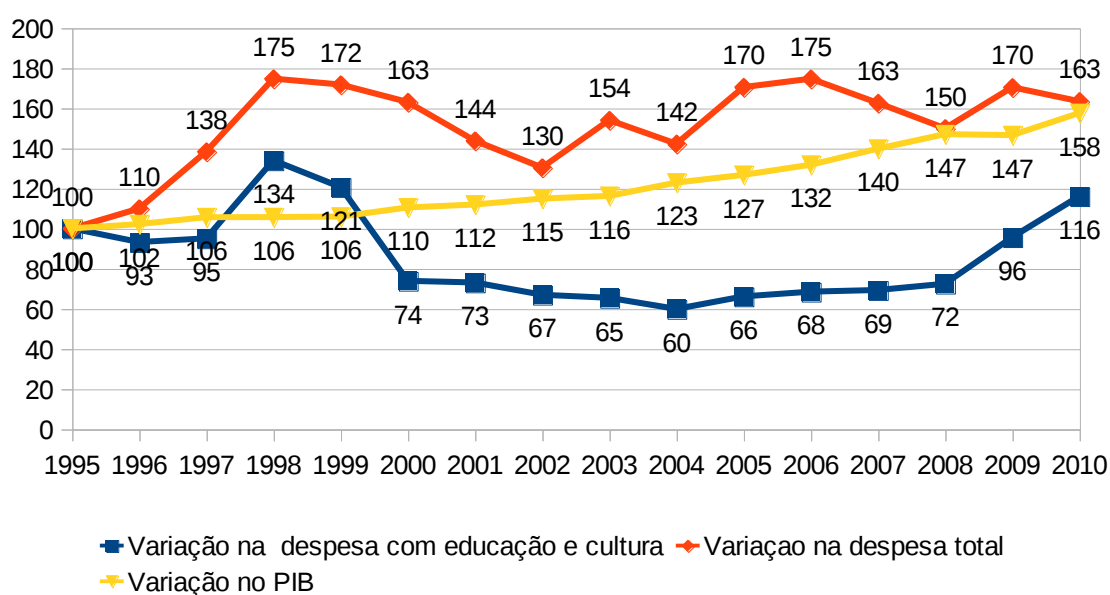
Mas o que se verifica sobre os gastos com educação e cultura é uma tendência de redução em todo o período analisado, quando comparado a 1995. É importante observar que dentro da despesa educação e cultura refere-se aos gastos com o ensino superior, visto que esta modalidade de ensino é responsabilidade da União. Evidencia-se que a realidade apresentada na tabela 02 e ilustrada na figura 02, sobre o crescimento das Instituições de Ensino Superior, frente a redução dos gastos com educação e cultura deve ter sido realizada pelo setor produtivo. Esta situação está de acordo com a visão de uma nova forma de acumulação capitalista que tinha como objetivo incorporar espaços que não eram articulados

pela dinâmica capitalista.

O capital organiza a sua entrada de tal forma que alguns percebem que o capital privado foi atraído para o ensino superior e desta forma ampliam-se oferta de vagas por meio da criação de IES privadas nas periferias das áreas metropolitanas e nas cidades do interior, pensa-se que este foi um processo organizado e planejado que conta com apoio técnico e político dos organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial.

A figura 03 ilustra a variação despesa total, da despesa com educação e cultura, e valor do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010 com variação de base 100 no ano de 1995, pode-se observar a partir das curvas o comportamento ao longo do período estudado.

Figura 03 – Variação despesa total, da despesa com educação e cultura, e valor do PIB no Brasil nos anos de 1995 a 2010 com variação de base 100 no ano de 1995.



Fonte: Tabela 03.

Percebe-se que a variação do PIB em todo o período apresenta um crescimento. A variação da despesa com educação e cultura tem um desempenho de queda ao longo do tempo só apresentando uma leve recuperação no final do período observado. Já a despesa total apresenta um movimento bastante sazonal mas com uma clara tendência de crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo relacionar o sistema econômico com as discussões

sobre trabalho e sobre educação no Brasil no período de 1995 à 2010, no sentido de verificar a relação que estas variáveis estabelecem entre si e estas com o sistema econômico. O caminho percorrido neste trabalho revela quanto maior a quantidade de trabalhadores com escolarização superior, menor é o crescimento da sua remuneração, percebe-se desta forma um indicativo de recontextualização da Teoria do Capital Humano. De outra forma observa-se que o crescimento da quantidade de IES, da quantidade de matrículas e do número de concluintes são superiores ao desempenho do PIB. A literatura indica que os investimentos em educação superior resultariam no crescimento do PIB, e aqui surgem indicações que esse fenômeno não ocorreu no período estudado, desta forma este trabalho indica outra questão a ser pesquisada, compreender por que isto ocorre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995. 155 p.

COUTINHO, Luciano e Ferraz, João Carlos (coords.) Estudo da competitividade da indústria brasileira Campinas, Papirus/Editora da Unicamp. 1994 disponível em http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BR-319/Outros%20documentos/cabotagem_b4.pdf

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do estado**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. 245p ISBN 8585901020

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995. 231 p.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 303 p. (Coleção estudos culturais em educação) ISBN 8532615147.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 225 p. ISBN 9788522448784.

RIBEIRO, Sérgio da Costa. **A escola brasileira do professor Raimundo**. In SOARES, Magda Becker, KRAMER, Sônia, LÜDKE, Menga et al. Escola básica. Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção educação contemporânea).